

ORIGINAL



NOSi NUCLEO OPERACIONAL DA SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO, EPE
we believe in ..

RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

**RELATÓRIO ANUAL E PARECER
DO
FISCAL ÚNICO**

CONTEÚDO

1. Relatório anual e parecer do fiscal único

2. Relatório do auditor independente

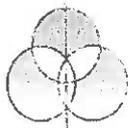
3. Relatório anual da fiscalização

4. Anexos

4.1. Demonstrações financeiras auditadas

4.2. Relatório de gestão do conselho de administração

RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO FISCAL ÚNICO



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Órgão de Tutela e Conselho de Administração do
NOSi-Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, EPE

1. Na qualidade de Fiscal Único do NOSi-Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, EPE ("NOSi" ou "Entidade") e dando cumprimento ao estipulado no artigo 32º do Estatuto da Entidade, apresentamos a V. Exas. o nosso Relatório referente ao exercício de 2017.

2. Acompanhámos a gestão do NOSi, através de contactos pertinentes com o Conselho de Administração e com o departamento financeiro, e do controlo das Atas das reuniões dos órgãos estatutários da Entidade, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários, nas circunstâncias, e nada tendo observado em contrário às práticas de boa gestão e que pudesse constituir de alguma forma um incumprimento deliberado das disposições legais e estatutárias.

3. Auditámos as demonstrações financeiras ("Contas"), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2017 e a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de alterações no capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa e o anexo, referentes ao exercício findo na mesma data, e pudemos constatar que os mesmos foram elaborados de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro, nomeadamente no que concerne a aplicação consistente dos critérios de mensuração adotados, tendo emitido o correspondente Relatório do Auditor Independente (Certificação Legal das Contas) onde expressamos uma opinião com reserva, cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido.

4. Apreciámos o relatório de gestão do Conselho de Administração ("Relatório") e pudemos aferir da sua conformidade com o conteúdo das demonstrações financeiras e que satisfaz, no fundamental, os requisitos legais da sua elaboração, estipulados no artigo 164º do Código das Empresas Comerciais.

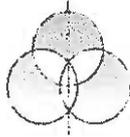
5. Nesta conformidade, somos de Parecer que o Relatório & Contas e a proposta de aplicação dos resultados, apresentados pelo Conselho de Administração, podem ser aprovados pela Assembleia-geral e ou pela Tutela.

6. Desejamos, finalmente, manifestar ao Conselho de Administração e ao departamento financeiro da NOSi o nosso apreço pela colaboração que nos foi prestada na realização do nosso trabalho.

Praia, 31 de Agosto de 2018

AUDITEC - Sociedade de Auditores Certificados, Lda.

Representada por
Dr. João Marcos Alves Mendes
Auditor Certificado-Cédula Profissional nº 4



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

- Certificação Legal das Contas -

Exmos. Órgão de Tutela e Conselho de Administração do
NOSi-Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, EPE

Opinião

1. Auditámos as demonstrações financeiras do NOSi-Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, EPE ("NOSi" ou "Entidade"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017, e a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa, relativas ao exercício findo naquela data, e o anexo, contendo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

2. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria descrita no parágrafo "Bases para a Opinião com Reserva", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do NOSi-Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, EPE em 31 de dezembro de 2017, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro de Cabo Verde.

Bases para a Opinião com Reserva

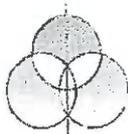
3. No decorrer da nossa auditoria, não obtivemos resposta aos pedidos de confirmação de saldos remetidos à maioria dos principais clientes do NOSi, nem pudemos confirmar os referidos saldos por meios alternativos, pelo que não nos foi possível certificar o saldo da conta Clientes, do ativo do balanço, no montante de 386.369.965\$00.

4. A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas no parágrafo "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras" abaixo, neste relatório. Somos independentes da Entidade, de acordo com os requisitos éticos que são relevantes para nossa auditoria das demonstrações financeiras, expressos no Código de Ética e Deontologia Profissional dos Contabilistas e Auditores Certificados de Cabo Verde e cumprimos nossas outras responsabilidades éticas de acordo com o citado Código de Ética. Consideramos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.

Outras Informações

5. O Conselho de Administração é responsável pela elaboração do relatório de gestão da Entidade, conforme estabelecido pelo Estatuto do NOSi. O relatório de gestão em si não inclui as demonstrações financeiras e o respetivo relatório do auditor.

6. A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não inclui o relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre o mesmo.



7. Em conexão com a nossa auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é de fazer uma leitura do relatório de gestão e, ao fazer isso, analisar se a informação financeira nele contida é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria, ou pareçam conter erros materiais.

8. Se, baseado no trabalho efetuado, concluímos que há erros materiais na informação financeira contida no relatório de gestão, devemos relatar esse facto. Nada temos a relatar a este respeito.

Responsabilidades pelas Demonstrações Financeiras

9. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas destas demonstrações financeiras de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro de Cabo Verde e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

10. Na preparação das demonstrações financeiras o Conselho de Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade das operações e à utilização do pressuposto contabilístico da continuidade, a não ser que o Conselho de Administração tenhona liquidar a Entidade ou cessar as operações ou não tem alternativa realista senão fazê-lo.

11. Os encarregados pela governação são responsáveis pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

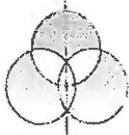
Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

12. Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores, tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

13. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

13.1. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.

13.2 Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade.



AUDITEC-SOCIEDADE DE AUDITORES CERTIFICADOS, LDA.

Registada na Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados

13.3. Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.

13.4. Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto contabilístico da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas operações.

13.5. Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

14. Informamos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Praia, 31 de Agosto de 2018

AUDITEC – Sociedade de Auditores Certificados, Lda.

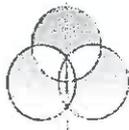
 

Representada por

Dr. João Marcos Alves Mendes

Auditor Certificado-Cédula Profissional nº 4

RELATÓRIO ANUAL DA FISCALIZAÇÃO



RELATÓRIO ANUAL DA FISCALIZAÇÃO

Exmos. Órgão de Tutela Conselho de Administração do
NOSi-Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, EPE

1. INTRODUÇÃO

Emitimos o presente Relatório no cumprimento do estipulado no artigo 32º do Estatuto do NOSi-Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, EPE ("NOSi" ou "Entidade"), no que concerne a fiscalização efetuada às contas e à gestão da Entidade.

2. ÂMBITO

Exercemos as competências e os poderes adstritos ao Fiscal Único, nos termos dos artigos 32º e 33º do citado Estatuto do NOSi, e efetuámos uma auditoria das demonstrações financeiras da Entidade, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência da auditoria que realizámos, foi emitido o Relatório do Auditor Independente (Certificação Legal das Contas), datado de 31 de Agosto de 2018, apresentado no parágrafo 4 deste relatório.

3. TRABALHOS EFETUADOS

De entre outros, executámos os seguintes procedimentos:

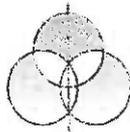
3.1. Acompanhámos a gestão da Entidade através de contactos pertinentes com o Conselho de Administração e com o departamento financeiro, e da tomada de conhecimento das principais decisões da Assembleia-geral e do Conselho de Administração, lavradas em Ata, tendo solicitado e obtido esclarecimentos que considerámos necessários e verificado a correta implementação das principais decisões.

3.2. Apreciámos a adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Entidade, as quais são divulgadas no anexo do período compreendido entre 01 de Janeiro de 2017 e 31 de Dezembro de 2017.

3.3. Verificámos a conformidade das demonstrações financeiras, que compreendem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de alterações no capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa e o anexo com as normas constantes do Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro de Cabo Verde.

3.4. Verificámos a conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.

3.5. Analisámos o sistema de controlo interno existente nas diversas áreas e atividades da Entidade, tendo efetuado os testes de conformidade apropriados.



4. RELATÓRIO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Auditámos as demonstrações financeiras do NOSi-Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, EPE ("NOSi" ou "Entidade"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017, e a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa, relativas ao exercício findo naquela data, e o anexo, contendo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

2. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria descrita no parágrafo "Bases para a Opinião com Reserva", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do NOSi-Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, EPE em 31 de dezembro de 2017, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro de Cabo Verde.

3. No decorrer da nossa auditoria, não obtivemos resposta aos pedidos de confirmação de saldos remetidos à maioria dos principais clientes do NOSi, nem pudemos confirmar os referidos saldos por meios alternativos, pelo que não nos foi possível certificar o saldo da conta Clientes, do ativo do balanço, no montante de 386.369.965\$00.

4. A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas no parágrafo "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras" abaixo, neste relatório. Somos independentes da Entidade, de acordo com os requisitos éticos que são relevantes para nossa auditoria das demonstrações financeiras, expressos no Código de Ética e Deontologia Profissional dos Contabilistas e Auditores Certificados de Cabo Verde e cumprimos nossas outras responsabilidades éticas de acordo com o citado Código de Ética. Consideramos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.

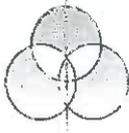
5. O Conselho de Administração é responsável pela elaboração do relatório de gestão da Entidade, conforme estabelecido pelo Estatuto do NOSi. O relatório de gestão em si não inclui as demonstrações financeiras e o respetivo relatório do auditor.

6. A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não inclui o relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre o mesmo.

7. Em conexão com a nossa auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é de fazer uma leitura do relatório de gestão e, ao fazer isso, analisar se a informação financeira nele contido é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria, ou pareçam conter erros materiais.

8. Se, baseado no trabalho efetuado, concluímos que há erros materiais na informação financeira contida no relatório de gestão, devemos relatar esse facto. Nada temos a relatar a este respeito.

9. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas destas demonstrações financeiras de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro de Cabo Verde e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.



AUDITEC-SOCIEDADE DE AUDITORES CERTIFICADOS, LDA.

Registada na Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados

10. Na preparação das demonstrações financeiras o Conselho de Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade das operações e à utilização do pressuposto contabilístico da continuidade, a não ser que o Conselho de Administração tenciona liquidar a Entidade ou cessar as operações ou não tem alternativa realista senão fazê-lo.

11. Os encarregados pela governação são responsáveis pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

12. Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores, tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

13. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

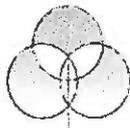
13.1. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.

13.2 Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade.

13.3. Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.

13.4. Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto contabilístico da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas operações.

13.5. Avallamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.



AUDITEC-SOCIEDADE DE AUDITORES CERTIFICADOS, LDA.

Registada na Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados

14. Informamos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

5. NOTA FINAL

Solicitamos que seja transmitido os nossos agradecimentos aos colaboradores do NOSi-Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, EPE que nos prestaram assistência durante os trabalhos, mormente a Contabilista Certificada, e disponibilizámo-nos, desde já, a prestar a V. Exas. qualquer esclarecimento que possam necessitar após a leitura dos nossos Relatórios.

Apresentamos a V. Exas. os nossos melhores cumprimentos.

Praia, 31 de Agosto de 2018

AUDITEC – Sociedade de Auditores Certificados, Lda.

Representada por
Dr. João Marcos Alves Mendes
Auditor Certificado-Cédula Profissional nº 4

ANEXO



nos i
we believe in...

Núcleo Operacional
da Sociedade de Informação

2017

Relatório
e Contas



nos i
we believe in...

Março **2018**

Índice

I. RESOLUÇÃO DE APROVAÇÃO DE CONTAS 2017.....	2
II. MENSAGEM DO PRESIDENTE	3
III. RELATÓRIO DE GESTÃO	7
1. Informação Corporativa.....	7
1.1. Estratégia	8
1.2. Principais atividades e eventos em 2017	10
2. Atividades do NOSi-EPE em 2017	13
3. Análise da Situação Económica e Financeira.....	18
3.1. Indicadores Financeiros.....	18
3.2. Resultados	20
3.3. Rendimentos.....	20
3.4. Gastos	22
4. Gestão Financeira	25
4.1. Principais Indicadores: Alavanca Financeira, Rendibilidade e Risco	25
4.2. Situação Financeira Patrimonial	26
5. Gestão de Recursos Humanos.....	27
6. Proposta de Aplicação dos Resultados.....	29
IV. CONTAS 2017	30
7. Demonstrações Financeiras.....	30
7.1. Balanço	31
7.2. Demonstração de Resultados Por Natureza.....	32
7.3. Demonstração de Alterações no Capital Próprio	33
7.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa	34
V. ANEXOS E NOTAS EXPLICATIVAS.....	35



Índice de Quadros

Quadro 1 - Principais eventos em 2017	12
Quadro 2 - Comparação Volume de Negócios ano 2016 e 2017	13
Quadro 3 - Indicadores Financeiros	18
Quadro 4 - Resultados	20
Quadro 5 - Resultado Operacional	20
Quadro 6 - Gastos.....	22
Quadro 7 - Amortizações.....	24
Quadro 8 - Principais Indicadores	25
Quadro 9 - Nº de Funcionários.....	27
Quadro 10 - Saídas de Pessoal.....	28

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Rendimentos 2017	21
Gráfico 2 - Rendimentos 2016.....	21
Gráfico 3 - Estruturas de Gastos	22
Gráfico 4 - Fornecimentos e Serviços Externos.....	23
Gráfico 5 - Gastos com Pessoal.....	24
Gráfico 6 - Distribuição por género.....	27

I. RESOLUÇÃO DE APROVAÇÃO DE CONTAS 2017

Nos termos estatutários, o Conselho de Administração do NOSi-EPE, em reunião ordinária do dia 16 de março de 2018, para o efeito convocado, apreciou positivamente o Documento de prestação de contas de Exercício Económico de 2017, tendo deliberado submetê-lo à apreciação do fiscal único e posterior aprovação final da Tutela.

O Conselho também decidiu submeter as contas de 2017 a uma auditoria externa.

Por ser verdade e para constar, se lavrou a presente resolução abaixo assinada pelos seus membros presentes:

Praia, 16 de março de 2018

O Conselho de Administração



/António Joaquim Rocha Mendes Fernandes/



/Carlos Manuel Barreto dos Santos/



/Aruna Pereira Handem/



II. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Nos termos do decreto lei nº13/2014 de 25 de fevereiro, vem o seu Conselho de Administração apresentar o Relatório e Contas do Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, Entidade Pública Empresarial, referentes ao ano de 2017.

Este ano foram clarificadas as relações com os principais clientes, o Ministério da Finanças, o INPS e a Camara Municipal da Praia, permitindo que estes possam fazer o desenvolvimento autónomo das aplicações, mas salvaguardando os direitos proprietários do NOSi em relação aos aplicativos.

O NOSi também angariou novos clientes, sendo de realçar a entrada do Banco de Cabo Verde no consumo do serviço de “*Hosting*” do Data Center.

O NOSi passou de um resultado contabilístico negativo de 49 mil contos em 2016 para um resultado positivo de oito mil contos em 2017, mas a gestão do cash-flow continua ainda a ser problemática por causa de elevadas dívidas de terceiros institucionais (Camaras Municipais e Serviços Autónomos) que ainda não compreenderam que a sustentabilidade está baseada nos dois pilares: “*Quem beneficia paga e quem paga exige*”.

De qualquer forma, o NOSi tem como princípio, nunca suspender o serviço por falta de pagamento.

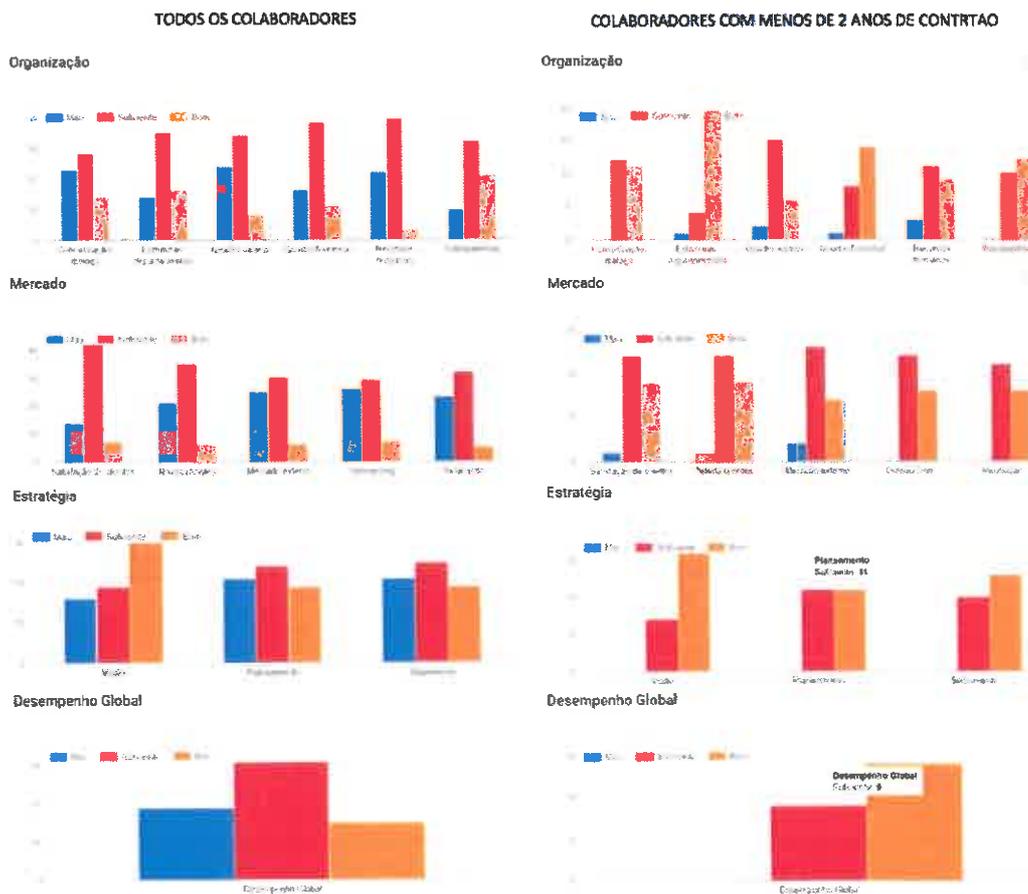
Este ano pela primeira vez o NOSi encarou o desafio da investigação e desenvolvimento, tendo criado o grupo *Hexagon* para o desenvolvimento do IGRPweb.



Em 2017, o NOSi investiu cerca de 34 mil contos, o maior valor de sempre e ainda assim insuficiente, na formação e capacitação de seus colaboradores, através de diversos cursos de formação nas tecnologias mais usadas:

PLANO DE FORMAÇÃO			DPS - PROPOSTA PLANO DE FORMAÇÃO E CONSULTORIA 2017																											
			Junho				Julho				Agosto				Setembro				Outubro				Nov				Dez			
			S1	S2	S3	S4	S1	S2	S3	S4	S1	S2	S3	S4	S1	S2	S3	S4	S1	S2	S3	S4	S1	S2	S3	S4	S1	S2	S3	S4
	Formação	NºDias																												
DPS	1.NetAPP (15)+	20	[Color-coded cells]																											
DPS	2.Sharepoint	10	[Color-coded cells]																											
DPS	3.Sharepoint	5	[Color-coded cells]																											
DPS	4.Biztalk Admin	5	[Color-coded cells]																											
DPS	5.Biztalk Dev	5	[Color-coded cells]																											
Biztalk migration + Upgrade			[Color-coded cells]																											
DPS	Windows +	15	[Color-coded cells]																											
DPS	OpenStack	25	[Color-coded cells]																											
DDS+			[Color-coded cells]																											

À semelhança do ano passado, foi levado a cabo um inquérito a todos os colaboradores sobre o desempenho do Conselho de Administração. Foi também levado a cabo um inquérito paralelo apenas a colaboradores com menos de 2 anos na instituição, cuja prestação no NOSi não possui ainda uma "carga" do histórico passado. O resultado colocado lado a lado para comparação é o seguinte:



Na sua qualidade de entidade gestora do Parque Tecnológico de Cabo Verde, o NOSi concebeu, junto com parceiros, projetos de extensão do Parque Tecnológico às comunidades, sendo de realçar o projeto WebLab desenvolvido em parceria com o Ministério da Educação, suportado pelo projeto eGOV2, financiado pela China e executado pela Huawei.



Este ano também foi um ano de incertezas devido á colocação do NOSi no “*pipeline da privatização*”.

O Plano de negócios do NOSi 2017-2019 já prevê a eventualidade das funções de RTPE e Data Center serem privatizadas e a função de desenvolvimento de Software dar origem a duas funções, uma empresa privada de desenvolvimento de software e uma função normativa da governação eletrónica:



O processo de privatização da empresa de desenvolvimento de software deverá garantir uma parceria tecnológica forte que a possa fazer avançar rapidamente, com a possibilidade de negociar com o Governo uma concessão na manutenção dos aplicativos em produção e do upgrade ou desenvolvimento de novas aplicações, em contrapartida de uma percentagem das taxas e

emolumentos atualmente em vigor, contra um SLA adequado às necessidades de prestação do serviço público.

Qualquer que seja os desenvolvimentos futuros, os colaboradores do NOSi sairão a ganhar pois serão colocados perante novos desafios e saberão sair da sua zona de conforto e adaptar-se às novas realidades.

Por último registamos os nossos agradecimentos a todos os nossos parceiros, em especial os nossos colaboradores que têm sabido manter-se fiéis ao lema do NOSi, acreditando sempre nas suas capacidades de mudar para melhor o futuro do seu país.

O Presidente do Conselho de Administração



/António Joaquim Rocha Mendes Fernandes/



III. RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Informação Corporativa

De acordo com o decreto lei nº13/2014 de 25 de fevereiro, o NOSi foi transformado numa Entidade Pública Empresarial, com capital Estatutário de 50.000.000 CVE, detido a 100% pelo Estado de Cabo Verde.

Antes dessa data, o NOSi era parte da estrutura orgânica da Administração Pública e não dispunha de contabilidade organizada nos termos previstos no Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro de Cabo Verde.

Como EPE, o NOSi tem a missão pública de promover o avanço da sociedade de informação e é gerido nos termos do código das empresas comerciais.

São Órgãos Sociais do NOSI-EPE a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Fiscal único, nos termos do decreto lei nº13/2014 de 25 de fevereiro e da Deliberação Unânime Nº 04/2016.

A Assembleia Geral é composta pela presidente, Dr.^a Indira Tatiana dos Santos e pelo secretário, Dr. Carlos Pina.

O Conselho de Administração é composto pelo Presidente, Eng. António Fernandes, e por dois Administradores, Dr. Carlos Santos e Eng. Aruna Handem.

O Fiscal Único é representado pelo Dr. João Marco Mendes.

Convém, entretanto, realçar que o artigo 48º, alínea 2, da Lei 104/VIII/2016, estabelece que as contas das EPE's são aprovadas pelo Ministro das Finanças e da Tutela Sectorial não havendo a necessidade de ser realizada uma AG para tal.

1.1. Estratégia

O NOSI-EPE adota uma postura de melhoria contínua, desafiando-se constantemente para ter um melhor desempenho, sempre se sustentando na sua Missão, Visão e Valores

A Visão do NOSi é ser um motor confiável de transformação para uma sociedade digital, com impacto positivo na sub-região africana.

O NOSi-EPE, tem exercido a sua missão de:

- Melhorar permanentemente a qualidade do serviço de governação eletrónica prestado ao cliente-cidadão
- Garantir a segurança e proteção dos dados que lhe são confiados
- Promover o desenvolvimento da sociedade de informação e do conhecimento
- Proporcionar aos colaboradores um ambiente produtivo, saudável e motivador

O NOSi tem procurado atuar de acordo com a sua cultura, tornando transparente as suas relações com o acionista, com o cliente e com os colaboradores e todos os atos de gestão, capacitando os seus colaboradores e criando as condições necessárias para desenvolver soluções que satisfaçam as reais necessidades dos seus clientes, com qualidade e celeridade, cultivando a superação de desafios, a busca incessantemente de ideias inovadoras que contribuam para alcançar os objetivos estratégicos da empresa e dos seus clientes, maximizando a colaboração e a captura de sinergias entre equipas, tecnologias, áreas e unidades, assegurando alinhamento e visão integrada em suas ações e decisões, promovendo um ambiente de trabalho colaborativo que promova a comunicação aberta, a aprendizagem e a partilha de informações e de ideias, valorizando e reconhecendo, de forma diferenciada, pessoas e equipas com alto desempenho e aceitando a responsabilidade de inspirar e criar mudanças positivas.

O NOSi enfrenta um conjunto de desafios que mostram que se vive um momento de transição onde o quadro futuro não é claro:

- Reposicionamento estratégico – O NOSi está colocado na lista das empresas públicas a privatizar, mas não são conhecidos os contornos da privatização. É incerto se a Rede de



Telecomunicações Privativa do Estado e o Data Center serão incluídos ou não no “Backbone” da rede de Telecomunicações, cuja renegociação da concessão por mais 15 anos foi já publicamente anunciada pelo Governo no âmbito da reformulação do sector.

- Definição do Target de Mercado – O NOSi apostou no desenvolvimento de uma plataforma de desenvolvimentos de aplicações de governação eletrónica baseada na web e independente da tecnologia das bases de dados. Entretanto esse desenvolvimento está atrasado o que pode comprometer o plano de lançamento desse produto.
- Entidade Gestora do Parque – Na sua ação como entidade gestora do Parque Tecnológico de Cabo Verde, enquanto o mesmo está sendo construído, o NOSi tem investido em dois projetos, estando ainda por assinar um acordo que permita ressarcir o NOSi do esforço e recursos despendidos:
 - “*Real Estate to Brain Estate*” - em parceria com a camara Municipal da Praia, transformando a zona adjacente ao Parque num desenvolvimento de imobiliária tecnológica (Castelon Vale);
 - “*WebLabs*” – em parceria com o Ministério de Educação, introduzindo laboratórios das TIC nas escolas secundárias.
- Recursos Humanos - Verificam-se atrasos na implementação da ferramenta de gestão de produtividade (Easy Redmine) adotada para pôr de pé um sistema capaz de medir a produtividade dos colaboradores num ambiente das TIC e possibilitar uma avaliação objetiva de desempenho dos colaboradores, e sem este sistema não é possível concluir o plano de carreiras apesar do quadro de salários estar quase estabilizado.
- Cultura de Inovação - “*Diamond Challenges*” levaram ao desenvolvimento de dois produtos “KBOX” e “FLAG@”, numa filosofia de incubação/start-up, mas infelizmente estes produtos ainda não entraram no mercado das TIC e aplicações mobiles, apesar do potencial do FLAG” para apoiar a comunidade a encontrar pessoas desaparecidas.
- Sustentabilidade Financeira – Apesar da ligeira melhoria ainda está por garantir a geração de cash-flow que permita pagar as despesas e manter uma lógica permanente de investimento em inovação e formação dos quadros, um dos grandes calcanhares de Aquiles da governação eletrónica.

1.2. Principais atividades e eventos em 2017

Data	Atividade Relevante	Doc.
janeiro de 2017	Plano de Negócio 2017-2019, Plano de Atividades e Orçamento 2017	Nº 01/2017
	Instalação do software de contabilidade Primavera e início de lançamentos contabilísticos baseados no novo plano de contabilidade empresarial do NOSi	Nº 01/2017
	Início do EstagioNOSi_02/Jan2017 no dia 2 de fevereiro	Nº 01/2017
	Novo contrato com INPS-2017 donde se exclui o desenvolvimento e se focaliza na prestação de serviços “over-the-counter” (tipo NOSiCloud) e serviços de Consultoria.	Nº 02/2017
	Delibera mandar executar uma auditoria interna urgente ao contrato SNIAC, com a súmula do enquadramento do projeto, criação no BO, estrutura de gestão, tempo de execução, com foco em: objetivos iniciais do projeto, orçamento inicial, execução dos objetivos e do orçamento até a data atual (extratos de desembolso de todos os fundos e pagamentos)	Nº 02/2017
	Nova Tabela de Preços NOSi “over-the-counter” – 2017, com o respectivo código, descrição abreviada, unidade de medida e preços unitários para cada serviço;	Nº 02/2017
	Guidelines técnicos de implementação do modelo de integração e transação de dados	Nº 04/2017
fevereiro de 2017	Início de desenvolvimento da Loja-on-Line	Nº 05/2017
	Início de Pesquisa e Desenvolvimento do IGRPweb	Nº 05/2017
	Início de conversações com a ELLA LINK, para conhecimento das condições técnicas e financeiras para entroncamento no novo cabo de fibra ótica internacional entre Brasil e Portugal;	Nº 07/2017
	Início de negociação de contrato com o Ministério das Finanças	Nº 07/2017
	Inscrição do NOSi como sócio dos Programa GOBAB e SIMPLIMAC no âmbito do MAC Interreg 2014-2020	Nº 07/2017
	Visita do Prof. DR Marcus Vinícius, Diretor Executivo do Núcleo para a Cooperação com a África e Portugal da Fundação Getúlio Vargas (FGV)	Nº 08/2017
	Discussão entre Ministra de Educação e a sua equipa do Projeto WEBLAB	Nº 08/2017
março de 2017	Participação do PCA no Mobile World Conference, com os Administradores Ross Mullins, Esther Garces e o Diretor de Operações Ricardo Rodrigo, para discutir a ligação do Ella Link a Cabo Verde.	Nº 08/2017
	NOSi recebe Delegação do Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Presidência do Conselho de Ministros que detém o poder de superintendência e tutela do NOSi EPE (BO Nº9 de 24 fevereiro de 2017).	Nº 12/2017
	Lançamento, enquanto Entidade Gestora, de 4 conceitos estruturantes para o Parque Tecnológico, quer na sua ação de capacitação quer na sua sustentabilidade futura: "Real Estate for Brain Estate", Estagiários, Weblabs, TICseeds	Nº 12/2017
	Lançamento da iniciativa da escola de código do NOSi, o www.nosicode.cv	Nº 12/2017
	Reavaliação do MOU com a WARI	Nº 13/2017
abril de 2017	Apresentação e discussão do Relatório da Equipa CEBIT	Nº 13/2017
	Memorando de Entendimento (MOU) com a Huawei	Nº 14/2017
	Adopção de nova visão para o plano de negócios para os próximos 3 anos sob o lema: “SER UM MOTOR CONFIÁVEL DE TRANSFORMAÇÃO PARA UMA SOCIEDADE DIGITAL”	Nº 14/2017
	Discussão sobre o Registo internacional do IGRP tendo em conta a necessidade de melhor proteger a propriedade intelectual	Nº 15/2017
maio de 2017	Adopção do Lema “deixar de fazer para fazer acontecer”, na elaboração do Plano de Atividades	Nº 16/2017
	Despacho nº 287/2017 da Ministra da Justiça, nomeando o Conselho de Gestão do SNIAC	Nº 17/2017
	Aditamento ao Memorando de Entendimento entre o Governo e a Câmara Municipal da Praia sobre o Loteamento Castelon Vale	Nº 20/2017
	Cyber-ataque (Ransomware) lançado à escala global mobilização do grupo NOSiCyber	Nº 20/2017
Apoio ao DNCE no desenvolvimento da JUCE (Janela Única do Comércio Externo).	Nº 20/2017	

	Visita do Ministro das Finanças ao NOSi	Nº 21/2017
	Reativação do Memorando de Entendimento com a Crimson Logic de Singapura	Nº 21/2017
junho de 2017	Visita da Delegação do Ministério da Indústria e Comércio de Moçambique e do projeto E-Baú	Nº 22/2017
	Pedido de credenciação do NOSI-EPE como Entidade Certificadora (EC)	Nº 23/2017
	A pedido da UTIC/MF, o Conselho delibera entregar acessos VPN e os passwords do GRE à UTIC, à semelhança do que tinha já feito com o SIGOF;	Nº 23/2017
	Migração do ambiente FINANÇAS do Exadata para a plataforma UCS + NetApp	Nº 24/2017
	Preparação de um Plano de Intervenção das LAN das instituições Centrais do Estado (PILAN)	Nº 24/2017
	Participação no ECOWAS National Cybersecurity Strategy Engagement Workshop, em Abuja, Nigéria	Nº 25/2017
	Visita ao Data Center de representantes do ELLA LINK: João Pedro Lima CEO, Diego Matas COO, Jol Paling – Head of Network Engineering	Nº 26/2017
	Aprovação do registo de parceria da NOSi como SPP da HUAWEI	Nº 26/2017
	julho de 2016	Lançamento da 1ª pedra do Parque Tecnológico de Cabo Verde
Memorando de Entendimento com um consórcio de entidades Luxemburguesas (Sustain, EAEC, CEGETCOM) em colaboração com a empresa francesa NGAalytics		Nº 27/2017
Workshop sobre o tema: "Arquitetura de interoperabilidade para impulsionar a Economia Digital em Cabo Verde"		Nº 28/2017
agosto de 2017	Criação de Equipa de estratégia de venda de novos produtos	Nº 31/2017
	Criação da ficha do projeto TICseed para implementação-piloto na Guiné Bissau.	Nº 31/2017
	NOSi entra na Microsoft Partner Network que permite estar conectado a comunidade de parceiros da Microsoft	Nº 32/2017
	Encontro com representantes do Eximbank para Cabo Verde e África Subsariana, para o balanço da implementação do projeto eGov I e seguimento do eGov II	Nº 33/2017
	O NOSi vincula-se a uma carta de Intenções, para a aquisição de um Direito Indefectível de Uso (IRU) de Conectividade Óptica para Cabo Verde no Ella Link	Nº 33/2017
	Registo dos direitos proprietários dos ativos intangíveis do NOSi e sua publicação no site www.nosi.cv	Nº 33/2017
	Criação do grupo de pesquisa e investigação na arquitetura P2P baseado em Hyperledger (blockchain)	Nº 34/2017
setembro de 2017	Deliberação para que o Gestor de Contrato eBaú prepare uma carta para ser remetida às entidades superiores do projeto em Moçambique explicando claramente a situação e apresentando soluções para o cliente, mediante pagamento de valores adicionais para cobrir apenas o custo das deslocações e estadias de uma equipa robusta de 3 especialistas do NOSi.	Nº 35/2017
	POC do projeto SICA, projecto-piloto do MNEC para um sistema único de informação e colaboração	Nº 35/2017
	Aumento da capacidade das caixas de correio dos utentes da RTPE	Nº 35/2017
	Corte de 33% no subsídio do MinFin ao NOSi, gradualizado em 2 anos	Nº 36/2017
	Implementação do Easy RedMine em mais dois departamentos	Nº 36/2017
	Indicação do AISIT do NOSi como representante do NOSi no Conselho Gestor da ECRCV	Nº 37/2017
	Memorando de Entendimento entre o NOSi e a UNICV	Nº 38/2017
	Assinatura do primeiro OLA - Operational Level Agreement (acordo de nível operacional), entre o Departamento de Desenvolvimento de Sistema (DDS) e Gestão de Contratos (DGC)	Nº 38/2017
	Criação do Grupo CODEX para a concepção de uma Arquitetura de interoperabilidade	Nº 38/2017
outubro de 2017	Lobby no encontro com Ministros das TICS da CEDEAO para a iniciativa "CABO ÓPTICA DE FIBRA AMILCAR CABRAL" e três países da União do Rio Mano (MRU): Guiné, Libéria e Serra Leoa e Guiné-Bissau.	Nº 40/2017
	Apoio ao acordo entre a Casa do Cidadão e a Câmara Municipal da Praia, permitindo a integração dos serviços	Nº 40/2017
	Mudança temporária na Coordenação do projeto LAND, para concluir o projecto	Nº 41/2017
	Estabelecimento de um Plano de (1) reconhecimento da dívida por parte dos clientes, (2) cobrança coerciva.	Nº 41/2017
	Realização do Workshop sobre governação eletrónica, promovido pelo PASP, PALOP TL, participação da Estonian eGovernance Academy and Smart City Lab.	Nº 43/2017
	Encontro com a Colvir Software Solutions Ltd, para discussão de possibilidades de cooperação future no domínio de soluções de e-Banking	Nº 43/2017

	Suspensão dos serviços de suporte da Oracle devido ao corte no o valor dos subsídios do MinFin ao NOSi	Nº 43/2017
novembro de 2017	MOU de cooperação com a INTIC, eBAU e a CEDSIF, para implementação do “Low Cost IGR Cloud”	Nº 44/2017
	Anuncio do projeto WebLabs durante o Fórum Nacional da Educação	Nº 45/2017
	Deliberação para criar o grupo de suporte técnico dos WebLabs	Nº 45/2017
	O Conselho delibera incumbir à equipa de compliance a investigação do processo de certificação plataforma IGRP-java	Nº 45/2017
	Suspensão temporária da actividade do Gabinete Técnico	Nº 45/2017
	Coordenação direta do Departamento de Administração de Recursos (DAR), em substituição da ex-coordenadora	Nº 45/2017
	Deliberação para que o DSC passe a supervisionar a equipa de helpdesk	Nº 46/2017
dezembro de 2017	Preparação da participação do NOSi na segunda edição do GLOBAL TELECOMS & ICT DA AFRICA de 24 a 26 de maio de 2018 sob o tema "Transformação Digital da África"	Nº 48/2017
	Adopção do Plano de Actividades e Orçamento de 2018 para ser submetido à tutela para aprovação	Nº 49/2017
	Recepção no Data Center dos 44 contentores destinados ao WebLabs	Nº 51/2017
	O conselho delibera que 2018 deverá ser o ano do início da migração para plataformas e tecnologias open source e independente de tecnologias proprietárias	Nº 51/2018
	O conselho delibera que 2018 deverá ser o ano do início da implementação do modelo de negócio LOW COST, principalmente nos mercados vizinhos da CPLP e CEDEAO, devendo todos os coordenadores juntar esforços nesse sentido	Nº 52/2017

Quadro 1 - Principais eventos em 2017

2. Atividades do NOSi-EPE em 2017

Em 2017, o volume de Negócios ascendeu a 526.541.251 CVE (quinhentos e vinte e seis milhões, quinhentos e quarenta e um mil, duzentos e cinquenta e um escudo), o que se traduziu num acréscimo aproximado de 16% em relação ao exercício anterior. Esse acréscimo justifica-se, principalmente, pelo aumento da faturação dos serviços contratualizados pelo Estado, conforme o quadro que segue:

Venda e Prestação de Serviços	2017	2016
Vendas de Mercadorias	2.497.450,00	0,00
Housing	12.591.102,00	0,00
Desenvolvimento de Aplicação	45.033.986,00	171.324.751,00
IAAS	32.538.939,00	19.892.353,00
Bundled	99.374.152,00	74.824.546,00
Consultoria	1.181.413,00	138.814.524,00
PaaS	3.452.919,00	889.482,00
Manutenção de Aplicação (SaaS)	28.370.545,00	29.744.349,00
Manutenção de Licenças	2.112.536,00	0,00
Serviços MF	260.965.224,00	0,00
Outros	38.422.985,00	8.894.013,00
TOTAL	526.541.251,00	444.384.018,00

Quadro 2 - Comparação Volume de Negócios ano 2016 e 2017

2.1 Volume de Negócios por tipo de Serviços

Vendas de Mercadorias

De acordo com o registo financeiro em 2017 o volume de vendas de mercadorias é de 2.497.450 CVE, que correspondem a venda de acessórios tais como Switches, Antenas, Routers e outros dispositivos Wimax.

Housing

Em 2017 houve um registo total de prestação de Serviços Housing no valor de 12.591.102 CVE, o que corresponde a aluguer de bastidores que constituem uma oferta de alta gama de serviços de bastidores em *rack* e em ambiente onde estão disponibilizadas todas as funcionalidades do *Data Center*. Esse serviço inclui a instalação, configuração e controle do servidor, beneficiando de uma



série de serviços associados como monitoramento, ligação a fibra ótica, segurança, alta disponibilidade e acompanhamento técnico.

No final do ano registou-se a entrada dos bancos no consumo dos serviços de Data Center, com a assinatura do contrato de prestação de serviço Housing com o Banco de Cabo Verde.

Desenvolvimento de Aplicação

Quanto à prestação dos serviços de desenvolvimento de aplicações regista-se um total de 45.033.986 CVE, tendo uma variação negativa de -28% em relação ao exercício anterior, tendo em conta que no exercício de 2017 não houve prestação de serviços a nível internacional no que tange a desenvolvimentos de aplicações, contrariamente ao ocorrido no ano de 2016.

Contribuiu também para isso o atraso na negociação e assinatura de contrato com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, no desenvolvimento do SICA-MNEC, sistema de informação e colaboração do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o valor de 28.907.240 CVE.

IAAS – Infrastructure as a Service

De acordo com os dados de 2017, foram prestados serviços de IAAS no valor total de 32.538.939,00, tendo uma variação positiva de 3% em relação ao ano anterior, o que demonstra um acréscimo na prestação desse serviço.

Bundled

Em 2017 registou-se um aumento no valor de prestação de serviços de *Office Automation* traduzindo-se num total de 99.374.152,00 com uma variação positiva de 6% em relação ao exercício anterior. *Office Automation* inclui os serviços de colaboração corporativa disponibilizada pela plataforma da Microsoft Exchange Server oferecendo um sistema de correio eletrónico, calendário completo, gerenciador de tarefas entre outros. Também oferece uma plataforma de colaboração chamada *Sharepoint* que facilita a gestão e disponibilização de portais intranet e extranet empresariais, gestão de conteúdos, gestão documental e de ficheiros, portais colaborativos, ferramentas sociais e pesquisa empresarial.

Serviços de Consultoria



Em 2017 registou-se um valor total de 1.181.413 CVE nos serviços prestados em consultoria, com uma variação negativa de 31%.

Muitos contratos internacionais foram concluídos.

Com a orientação dada pela tutela financeira do NOSi a 4 de julho de 2017, aquando da visita do Sr. Ministro das Finanças ao Data Center, houve uma mudança do foco para a prestação de serviços de governação eletrónica dentro do país, relegando para segundo plano muitas iniciativas internacionais e abrandando o ritmo de angariação de contratos internacionais em detrimento do reforço de formação para melhoria de prestação serviços dentro do país.

Em 2016 foram prestadas consultorias a nível nacional e internacional, o que engloba desenvolvimento e implementação de soluções integradas, conceção de soluções adaptadas ao contexto do cliente incluindo áreas de conectividade, instalação de redes, arquitetura e conceção de Data Center, plataformas, segurança, análise e desenvolvimento de conteúdos. No presente exercício apenas se registou a prestação de serviços de consultoria a nível nacional e maioritariamente baseada na prestação de assistência técnica para contratos em curso ou pós-contrato, razão pela qual houve uma redução significativa no valor total da prestação do referido serviço.

PAAS – Platform as a Service

De acordo com os dados de 2017, o valor total de prestação de serviços PaaS ascende ao valor de 3.452.919 CVE, com uma variação positiva de 1%, em relação ao ano passado.

Manutenção de Aplicação – SaaS (Software as a Service)

A prestação de serviços SaaS, manutenção de aplicação, totalizou o valor de 28.370.545 CVE, valor aproximadamente igual ao exercício anterior. Esse serviço de manutenção garante a máxima disponibilidade e desempenho do sistema. Inclui também segurança, diagnóstico, configuração e apoio de performance no *tuning* para o máximo rendimento.

Manutenção de Licenças

O valor total relativo a serviços de manutenção de licenças registado nesse exercício é de 2.112.536 CVE.

Outros Serviços - as prestações de Outros Serviços (*Managed Services*, IP Público, VPN, vFirewall) teve um aumento de 7% em relação ao exercício anterior a que corresponde o valor total de 38.422.985,00.

Serviços Contratualizados pelo Ministério das Finanças

Durante o ano de 2017 foram realizados vários encontros entre o NOSi e os responsáveis do Ministério das Finanças com o intuito de estabelecer um quadro claro de relacionamento e responsabilização contratual, no uso dos ativos do Estado afetos ao NOSi e na prestação de serviços de governação eletrónica.

O Protocolo negociado com o Ministério da Finanças abrange todas as entidades da Administração Pública Central, a Presidência da República, a Assembleia da República, e os seguintes Institutos Fundos e Serviços que apesar de terem autonomia financeira não dispõem de meios para pagar os serviços consumidos:

Entidade	Instituição
FA	Estado Maior das Forças Armadas
MAA	Instituto Nacional De Investigação E Des. Agrário
MAI	Polícia Nacional
MCIC	Arquivo Histórico Nacional
MCIC	Fundo Autónomo De Apoio À Cultura E As Industrias Criativas
MCIC	Instituto Da Biblioteca Nacional E Do Livro
MCIC	Instituto De Investigação E Património Cultural
ME	Fundação Caboverdiana De Acção Social E Escolar
MEE	Agência Para O Desenvolvimento Empresarial E Inovação
MEE	Fundo Autónomo Do Desenvolvimento De Transporte Marítimo
MEE	Instituto De Emprego E Formação Profissional
MF	Autoridade Reguladora De Aquisições Públicas
MF	Instituto Nacional De Estatística
MFIS	Instituto Caboverdiano Da Criança e do Adolescente
MFIS	Instituto Caboverdiano para Igualdade e Equidade do Género
MIOTH	Instituto De Estradas
MIOTH	Instituto Nacional De Gestão Do Território
MJT	Comissão De Coordenação E Combate À Droga
MJT	Polícia Judiciária
MNEC	Fundo De Solidariedade das Comunidades
MSSS	Instituto Nacional de Saúde Pública
MSSS	Região Sanitária Santiago Norte
MSSS	Hospital Ramiro Figueira

Os serviços prestados a estas entidades abrangem as seguintes áreas:

- a) Serviço de Virtual Private Server –VPS;
- b) Serviço de Backup;
- c) Serviços de Firewall;
- d) Serviços de Licenciamento de Software;

- 
- e) Serviços de Virtual Private Network –VPN;
 - f) Serviços de Webhosting;
 - g) Serviço de Manutenção de Aplicações;
 - h) Serviço de Office Automation e Gestão de utilizadores;
 - i) Serviços de Manutenção de Infraestruturas e Equipamentos de Comunicações;
 - j) Serviços de Otimização de Tráfego;
 - k) Serviço de Managed Services;
 - l) Serviço de Consultoria.

Pelos serviços prestados elencados acima, o Estado paga o valor de 260.965.224 CVE anuais.

Pela utilização dos ativos do Estado, o NOSi paga a renda de 110.965.224 CVE anuais.

3. Análise da Situação Económica e Financeira

3.1. Indicadores Financeiros

Rádios Financeiros	Exercício 2017	Exercício 2016
I. Indicadores de Liquidez		
Corrente	1,35	1,96
Reduzida	1,35	1,62
Imediata	0,19	0,63
II. Indicadores de endividamento		
Grau de autonomia financeira	0,36	0,76
Solvabilidade	0,55	2,97
Net Debt to EBITDA	0,38	-0,59
Capacidade de Endividamento	0,70	0,92
III. Indicadores de Rentabilidade		
Rentabilidade Liq. das vendas	0,01	-0,11
Rentabilidade do ativo	0,02	-0,15
Rentabilidade do Capital Próprio	0,023	-0,04
IV. Indicadores de Gestão (em CVE)		
Ativo	829 905 784,00	1 579 189 265,00
Capital Próprio	295 075 016,00	1 180 943 401,00
Capital Social	50 000 000,00	50 000 000,00
Passivo	534 830 768,00	398 245 864,00
Volume de Negócios	526 541 251,00	444 384 018,00
Resultados operacionais	19 679 776,00	- 48 354 323,00
Resultado Líquido Contabilístico	6 844 569,00	- 55 982 564,00
VAB	362 348 204,00	432 180 260,00
VAB por trabalhador	2 058 796,61	2 374 616,81
Prazo Médio de Recebimentos (DIAS 365)	233	187
Prazo Médio de Pagamento (DIAS 365)	216	186

Quadro 3 - Indicadores Financeiros

- **Liquidez corrente** - significa que os ativos de curto prazo da empresa são 1,35 maiores que as obrigações de curto prazo. A empresa possui ativos suficientes para pagar as obrigações de curto prazo;
- **Liquidez reduzida** - as responsabilidades da empresa de curto prazo poderão ser satisfeitas recorrendo aos meios financeiros líquidos (caixa e depósitos bancários) e à cobrança créditos de curto prazo (dívidas de clientes);
- **Liquidez imediata** – a consideração dos recursos de curto e longo prazo, tanto ativos quanto passivos, em conjunto, observa-se que a empresa obtém uma pequena diminuição nos índices, pois quando confrontamos com os seus recursos realizáveis com os passivos exigíveis pode-se evidenciar que a empresa dispõe de meios financeiros líquidos (caixa e depósitos bancários) que permite cobrir 19% das obrigações de curto prazo.
- **Grau de autonomia financeira** – de acordo com o resultado deste indicador o ativo da empresa é financiado em 36% pela própria Instituição.
- **Solvabilidade** - significa que o capital próprio da empresa é cerca de 55% inferior ao passivo. Relativamente ao exercício anterior verificou-se um decréscimo devido ao aumento do passivo.
- **Net Debt to EBITDA** – em relação ao exercício anterior, este indicador teve um aumento, o que significa maior capacidade em gerar meios financeiros líquidos.
- **Rentabilidade Liq. das vendas** – de acordo com este indicador, em relação ao exercício anterior, houve um acréscimo no resultado líquido por unidade de volume de negócios.
- **Rentabilidade do ativo** – de acordo com este indicador, verificou - se um acréscimo em relação ao exercício anterior, na rentabilização do capital investido.
- **Rentabilidade do Capital Próprio** – de acordo com o resultado deste indicador a rentabilidade do capital acionista teve um acréscimo em relação ao exercício anterior.

3.2. Resultados

RESULTADOS (CVE)	2017	2016
Resultado Contabilístico	8.693.367,00	(49.078.142,00)
Resultado Fiscal	7.212.796,00	22.015.316,00

Quadro 4 - Resultados

O resultado Líquido Contabilístico de 2017, ascendeu a 8.693.367 CVE.

Por sua vez, o resultado fiscal positivo no valor de 7.212.796 CVE.

A diferença entre os dois resultados justifica-se pela correção do resultado líquido do exercício em que não são aceites alguns gastos do exercício na totalidade, esses gastos são acrescidos ao resultado fiscal para o apuramento do imposto (IRPC).

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) teve um decréscimo de 16%, em relação ao exercício anterior, correspondente ao valor de 69.832.056 CVE, influenciado pela diminuição dos serviços prestados a nível internacional.

	2017	2016	Varição
Resultado Operacional	789.018.731,00	762.345.048,00	26.673.683,00

Quadro 5 - Resultado Operacional

O resultado operacional em 2017, teve um acréscimo de 6% correspondente ao valor de 26.673.683 CVE, em relação ao exercício de 2016.

3.3. Rendimentos

Em 2017, foram registados rendimentos no valor total de 802.324.179 CVE apresentando um acréscimo de 4% comparativamente ao exercício 2016, com a seguinte composição:



Gráfico 1 - Rendimentos 2017



Gráfico 2 - Rendimentos 2016

A baixa do componente subsídio deve-se ao novo modelo de relacionamento com o Ministério das Finanças e a transformação do subsídio numa prestação de serviço, resultando numa diminuição dessa componente relativamente ao exercício anterior.

3.4. Gastos

Em 2017 foram registados gastos totais no valor de 793.630.807 CVE, com um decréscimo de 2,8% em relação ao exercício de 2016, conforme o quadro abaixo:

Descrição	2017	2016	Variação
61 - Gastos com Mercadorias Consumidas e Vendidas	2.497.450		2.497.450
62 - Fornecimentos Serviços Externos	426.670.527	330.164.788	96.508.909
63- Gastos com Pessoal	276.173.233	203.118.185	73.055.048
64 - Gastos de depreciação e de Amortização	68.814.542	178.356.494	-109.541.952
68 - Outros Gastos	8.488.646	104.727.277	-96.238.631
69 - Juros e Perdas de Financiamentos	10.986.409	723.819	10.262.590
Total	793.630.807	817.090.563	-23.459.756

Quadro 6 - Gastos

Na composição dos gastos referentes ao exercício 2016, verifica-se que a rubrica Fornecimento e Serviços Externos representa 54% e os gastos com o pessoal 35% do total dos gastos incorridos em 2017.

Quanto ao gasto com a depreciação e amortização, registou-se um decréscimo de 61% em relação ao exercício anterior, devido ao não reconhecimento das depreciações dos ativos sob a gestão do NOSi, que ora estão em regime de contrato de locação operacional.

Quanto à rubrica outros gastos e juros de financiamento, registou-se uma diminuição de 82% em relação ao exercício anterior.

A rubrica juros e perdas de financiamento registou um aumento de 93% em relação ao exercício anterior.

O gráfico 3, ilustra a estrutura de gastos do exercício 2017.

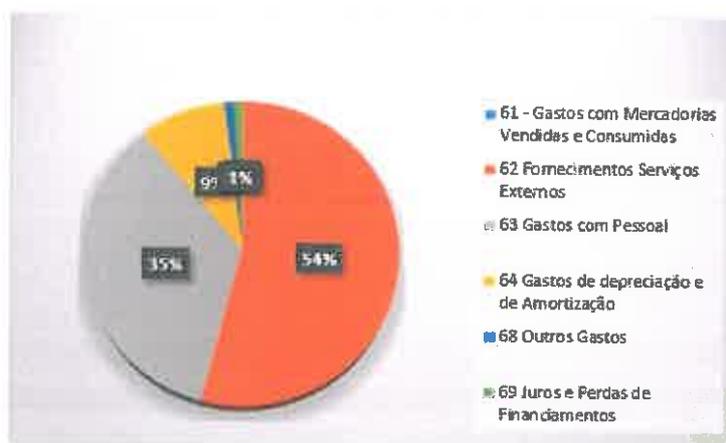


Gráfico 3 - Estrutura de Gastos

3.4.1. Fornecimento e Serviços externos

Os gastos com fornecimento e serviços externos abrangeram um total de 426.670.527 CVE, com uma variação positiva de 29% em relação ao ano anterior.

As rúbricas com maior peso são:

- Eletricidade no valor de 29.950.040 CVE.
- Rendas e alugueres de ativos do Estado no valor de 110.695.224 CVE;
- Serviços de comunicação, no valor de 88.151.291 CVE resultante dos custos de provisão da Internet à Rede do Estado e Circuitos da Rede de transporte MPLS;
- Honorários no valor de 35.437.012 CVE;
- Royalties no valor de 64.807.036 CVE.

O gráfico abaixo representa os Fornecimentos e Serviços Externos em 2017.



Gráfico 4 - Fornecimentos e Serviços Externos

3.4.2. Gastos com pessoal

Em 2017 os gastos com o pessoal foram no montante de 276.173.233 CVE, um aumento de 36% em relação ao exercício de 2016, efeito que tem a sua explicação na reconversão de contratos de prestação de Serviços para Contratos de Trabalho.

Contribuiu também para o aumento dos gastos com o pessoal a realização de plano de formação e certificação em NetApp Storage, formação em Sharepoint, Biztalk Administration, Exchange,

formação em Primavera e Atendimento, atingiram o montante de 34.144.698 CVE cerca de 100% a mais relativamente ao ano anterior, o gráfico a seguir ilustra os gastos com o pessoal em 2017.

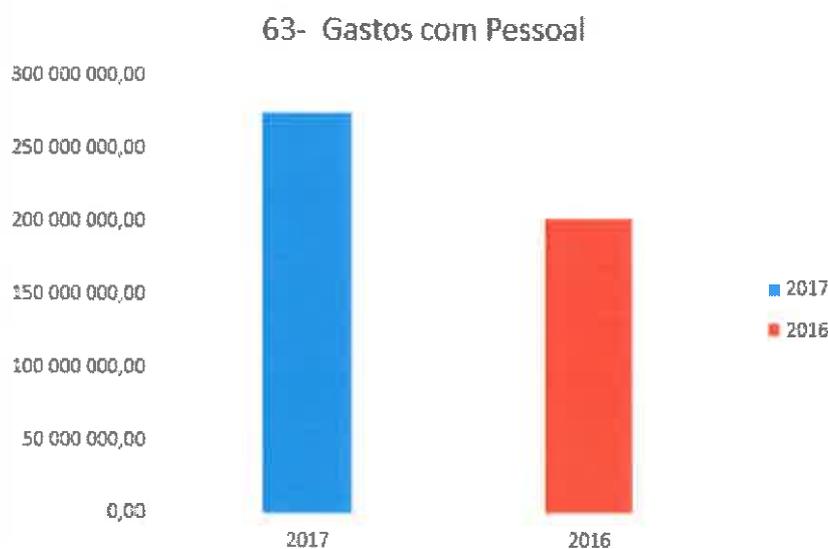


Gráfico 5 - Gastos com Pessoal

3.4.3. Depreciação e Amortização

As depreciações e amortizações do exercício diminuíram cerca de 61% comparativamente ao exercício de 2016, atingindo o montante total de (109.541.952,00), justificado pelo desreconhecimento dos ativos pertencentes ao Estado.

Foram feitas aquisições de 100 portáteis integrados nos Equipamentos Administrativos e aquisição de Programas de Computadores (Software/Hardware) que fazem parte dos ativos intangíveis.

Descrição	Ano 2017	Ano 2016	Variação
Edifícios e Outras Construções	0,00	18.168.700	-18.168.700
Equipamento Básico	1.566.726	95 316 711	-93.749.985
Equipamento Transporte	1.239.987	1 583 954	-343.967
Equipamento Administrativo	8.399.120	7 109 310	1.289.810
Outros Ativos Fixos Tangíveis	49.103	19 737	29 365
Outros Ativos Intangíveis	57 559 606	56 158 082	1 401 524
TOTAL	68.814.542	178 356 494	-109.541.952

Quadro 7 - Amortizações

4. Gestão Financeira

Os principais desafios colocados à área financeira prendem-se com o controlo da dívida e aumento das receitas, promovendo um equilíbrio financeiro da empresa e a capacidade de fazer face aos seus compromissos.

Dos indicadores financeiros aqui destacados pode-se constatar que a empresa apresenta uma solvabilidade de 55%, o que significa que tem capacidade para solver os seus compromissos de médio e longo prazos assumidos e tem um elevado grau de independência de credores.

A rentabilidade dos capitais próprios deste exercício é de 0,2% e representa um aumento em relação ao exercício de 2016, em que a rentabilidade foi negativa.

4.1. Principais Indicadores: Alavanca Financeira, Rentabilidade e Risco

Em termos de risco e alavancagem financeiros, pode-se concluir da análise conjunta dos rácios de grau de alavanca financeiro e efeito de alavanca, que não obstante a empresa enfrentar maior risco em relação ao ano anterior, o endividamento teve um efeito favorável.

RACIOS	2017	2016
1. Solvabilidade	0,55	3,17
2. Rentabilidade dos Capitais Próprios	0,02	-0,04
3. Grau Financeiro de Alavanca	4,5	0,98
4. Índice Endividamento	0,64	6,27
5. Peso de Endividamento	0,15	0,11
6. Cobertura dos Encargos Financeiros	1,8	66,8
7. Capacidade de Endividamento	0,70	0,92

Quadro 8 - Principais Indicadores

Durante o exercício, a empresa não liquidou os capitais alheios, mas liquidou o encargo financeiro 10.986.409 CVE, com uma taxa de juros média rondou os 7%.

Os empréstimos em carteira a final do ano ascendem ao montante de 168.491.095 CVE, sendo 75% passivo não corrente e os restantes 25% passivo corrente com maturidades até ao ano de 2022.

4.2. Situação Financeira Patrimonial

O Balanço da empresa evidenciava na data do encerramento do exercício um património líquido de 829.905.784 CVE, um decréscimo em relação ao ano anterior, resultante do desreconhecimento dos ativos do Estado.

A relação entre o NOSi e o Estado no que concerne à utilização dos ativos do Estado foi clarificada:

- O Estado obteve vários empréstimos para construir o Data Center e é dono desses ativos;
- Estes ativos são arrendados ao NOSi (locação operacional) que paga uma renda anual pela sua utilização;
- O NOSi, fazendo uso dos ativos alugados, fornece os serviços ao Estado e é justamente ressarcido.

Assim o próprio Estado já poderá clarificar suas próprias contas e calcular o ROI (return on investment = renda/valor empréstimo) de aproximadamente de 10%, bem como o ROA, (return on asset = resultado líquido/capital social) de aproximadamente de 6%.

A percentagem do ROI para o próximo ano irá baixar aproximadamente para 6% pois no Acordo com o Ministério das Finanças a renda irá manter-se no mesmo nível com a inclusão dos ativos do eGOV2 no conjunto dos equipamentos alugados ao NOSi.

5. Gestão de Recursos Humanos

O NOSi reconhece nos seus colaboradores o principal capital para a prossecução da sua missão e atingimento das metas de desempenho quer em termos de criação de valor quer em termos de nível de qualidade.

No ano de 2016, o quadro do pessoal era composto por 182 colaboradores e no final do exercício em apreço por 176 colaboradores, dos quais 151 com contrato de trabalho a termo, 15 prestadores de serviços e 10 estagiários.

O quadro a seguir representa os números de colaboradores da Instituição onde se pode observar a “conversão” de 41 colaboradores de prestação de serviço para contrato a termo certo:

Tipo de Vínculo	Nº de Funcionários		
	2017	2016	Variação
Laboral “a termo certo”	151	110	+41
Prestação de serviços	15	60	-45
Estagiários	10	12	-2
Total	176	182	-6

Quadro 9 - Nº de Funcionários

Do universo de 176 colaboradores 32 % são mulheres e 68% são homens, conforme gráfico abaixo ilustrado:



Gráfico 6 - Distribuição por género

O NOSi-EPE promove a igualdade de oportunidades no recrutamento dos colaboradores, não fazendo qualquer discriminação entre géneros e apostando fortemente nas novas gerações de profissionais.

Neste âmbito, foram contratados 51 profissionais em 2017, sendo que 41 possuíam contratos de prestação de serviços e foram convertidos em contrato de trabalho a termo certo.

Dando continuidade ao programa de estágio iniciado no ano transato, que tem em vista capacitação de jovens para o mercado de trabalho, foram admitidos 38 estagiários. Em 2017, foram celebrados contratos de trabalho a termo certo a 10 finalistas de Estágio_NOSi.

Em 2017 registou-se 12 saídas ocorridas nos sectores indicados no quadro a seguir que também indica as respetivas razões:

Função	Departamento	Razão
Técnico do Departamento Técnico	GT	LSV
Técnica do Departamento Técnico	GT	REQ
Técnica Departamento Redes e Comunicações	DRC	LSV
Coordenadora Dep. Administração de Recursos	DAR	LSV
Técnica Departamento Redes e Comunicações	DRC	LSV
Coordenadora Departamento Técnico	GT	LSV
Técnico Plataforma e Sistemas	DPS	RES
Técnico Plataforma e Sistemas	DPS	LSV
Técnico Departamento Redes e Comunicações	DRC	FIM
Técnica de Departamento Upgrade de Aplicações	RTA	REQ
Técnico Departamento Desenvolvimento Software	DDS	REQ
Operador Data Center	DC	RES

Quadro 10 - Saídas de Pessoal

6. Proposta de Aplicação dos Resultados

Propomos que os Resultados Líquidos do exercício sejam levados a Resultados Transitados.

EXTRATO DA ATA N. 111/2018

REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOSi-EPE

Ao décimo sexto dia do mês de março de 2018, pelas 16 horas, na Sala de Reunião do NOSi-EPE, foi realizada a reunião semanal do Conselho de Administração do NOSi-EPE, em que estiveram presentes o Presidente António Fernandes, o Administrador Executivo Carlos Santos e o Administrador Executivo Aruna Handem.

O Conselho aprovou a proposta da seguinte ordem de trabalhos, apresentada pelo PCA:

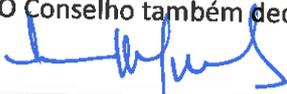
- I. Informações
- II. Deliberações gerais:
 - A-Apreciação do relatório e Contas de 2017
 - B-Aprovação dos procedimentos de gestão das formações dos Recursos Humanos.
- III. Diversos

[...]

A- Apreciação do Relatório e Contas do NOSi 2017

Nos termos estatutários, o Conselho de Administração do NOSi-EPE, em reunião ordinária do dia 16 de março de 2018, para o efeito convocado, apreciou positivamente o Documento de prestação de contas de Exercício Económico de 2017, tendo deliberado submetê-lo à apreciação do fiscal único e posterior aprovação final da Tutela.

O Conselho também decidiu submeter as contas de 2017 a uma auditoria externa.



António Joaquim Fernandes

Presidente do Conselho de Administração



Aruna Handem

Administrador Executivo



Carlos Santos

Administrador Executivo





IV. CONTAS 2017

7. Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS

7.1. Balanço

Núcleo Operacional da Sociedade da Informação, Entidade Empresarial-Nosi, E.P.E
Sede: Praia-Cabo Verde
NIF Nº 270149503

BALANÇO EM 01 de JANEIRO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RUBRICAS	NOTAS	Moeda: CVE	
		Data de Referência	
		31/12/2017	31/12/2016
		VALORES	VALORES
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis			
Terreno e Recurso Naturais Achada Grande Frente		22 036 676	
Edifícios e outras Construções em curso			327 036 603
Equipamento básico		3 133 450	579 612 674
Equipamento de transporte		4 409 705	6 993 931
Equipamento administrativo		11 238 556	15 636 188
Outros activos fixos tangíveis		1 794 373	78 950
Total de activo fixo tangível	3	42 612 760	929 358 346
Activos intangíveis		65 255 337	112 764 910
Total de activo fixo Intangível	4	65 255 337	112 764 910
total do activo não corrente		107 868 097	1 042 123 256
Activo corrente			
Inventários	5	8 696	
Clientes	6	386 369 965	261 565 866,00
Adiantamento á Fornecedores	7	77 329	
Estado e outros entes públicos	8	11 593 036	18 787 143,00
Diferimentos	9	2 793 918	22 245 569,00
Outras contas a receber	10	186 524 139	67 726 970,00
Caixa e depósitos bancários	11	134 670 604	166 740 461,00
Total do activo corrente		722 037 687	537 066 009
Total do activo		829 905 784	1 579 189 265
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital estatutario		50 000 000	50 000 000
Outras variações no capital proprio		294 213 011	1 186 925 965
Resultado Transido do exercício anterior		- 55 982 564	
Resultado líquido do período		6 844 569	- 55 982 564
Total do capital próprio	12	295 075 016	1 180 943 401
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Financiamento Obtido	13	125 472 092	108 444 325
Passivo corrente			
Fornecedores	14	290 041 839	193 039 467
Estado e outros entes públicos	15	14 784 308	46 855 621
Financiamento obtidos	16	43 019 003	27 111 081
Outras contas a Pagar	17	39 911 779	549 801
Diferimentos	18	21 601 747	22 245 569
Total do passivo corrente		534 830 768	398 245 864
Total do passivo		534 830 768	398 245 864
Total do capital próprio e do passivo		829 905 784	1 579 189 265

O Contabilista Certificado

Elisabete Silva



O Conselho de Administração

[Handwritten signature]
eps

7.2. Demonstração de Resultados Por Natureza

Núcleo Operacional da Sociedade da Informação, Entidade Empresarial-Nosi, E.P.E
Sede: Praia-Cabo Verde
NIF Nº 270149503

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01-01-2016 A 31-12-2016 E 01-01-2017 A 31-12-2017

RUBRICAS	Moeda: CVE		
	PERÍODO		
	NOTAS	31-12-2017	31-12-2016
Vendas e Prestações de serviços	19	526 541 251,00	444 384 018,00
Subsidio de exploração	20	264 974 930,00	317 961 030,00
Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas	21	-2 497 450,00	
Resultado operacional bruto		789 018 731,00	762 345 048,00
Fornecimentos e serviços externos	22	-426 670 527,00	-330 164 788,00
Valor acrescentado bruto		362 348 204,00	432 180 260,00
Gastos com o pessoal	23	-276 173 233,00	-203 118 185,00
Outros rendimentos e ganhos	24	10 807 998,00	5 667 373,00
Outros gastos e perdas	25	-8 488 646,00	-104 727 277,00
Resultado antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financiamento e impostos		88 494 323,00	130 002 171,00
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	26	-68 814 542,00	-178 356 494,00
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		19 679 776,00	-48 354 323,00
Juros e perdas similares	27	-10 986 409,00	-723 819,00
Juros e ganhos similares Obtidos			
Resultado antes de Impostos		8 693 367,00	-49 078 142,00
Imposto sobre o rendimento do período e tributação autónoma		-1 848 798	-6 904 422,00
Resultado líquido do período	28	6 844 569	-55 982 564,00

O Contabilista Certificado

Elisabete Silva



O Conselho de Administração

[Handwritten signatures]

7.3. Demonstração de Alterações no Capital Próprio

Núcleo Operacional da Sociedade da Informação, Entidade Empresarial-Nosl, E.P.E

Sede: Praia-Cabo Verde

NIF Nº 270149503

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01-01-2016 A 31-12-2016 E 01-01-2017 A 31-12-2017

	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital				Moeda: CVE
		Capital próprio	Outras variações no Capital Próprio	Resultados Transladados	Resultado líquido do período	
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2016						0
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO	1					
Resultado líquido do período						(55 982 564)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						(55 982 564)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	2					
Realizações de Capital		50 000 000				50 000 000
Outras operações com detentores de capital		50 000 000	1 186 925 965,00			1 186 925 965
OUTRAS OPERAÇÕES	3					
	4					
	1+2+3+4					
POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO 2016		50 000 000	1 186 925 965			1 180 943 401
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	50 000 000	1 186 925 965			1 180 943 401
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO						
Resultado líquido do período						8 844 569
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						6 844 569
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	2					
Distribuições						(55 982 564)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						(892 712 954)
OUTRAS OPERAÇÕES	3					
	4					
	1+2+3+4					
POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO 2017	10	50 000 000	294 213 011	(55 982 564)	6 844 569	295 075 016

O Contabilista Certificado

Elisabete Silva



O Conselho de Administração

[Handwritten signature]

7.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

Núcleo Operacional da Sociedade da Informação, Entidade Empresarial-Nosl, E.P.E

Sede: Praia-Cabo Verde

NIF Nº 270149503

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01-01-2016 A 31-12-2016 E 01-01-2017 A 31-201-2017

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01-01-2016 A 31-12-2016

RUBRICAS	Moeda:CVE		
	PERÍODO		
	NOTA	31-1	31/12/2016
Metodo Directo	VALORES	VALORES	VALORES
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		401 777 152,00	49 774 298,00
Pagamentos a fornecedores		310 266 759,00	249 997 029,00
Pagamentos ao pessoal		250 440 151,00	138 767 196,00
Caixa gerada pelas operações			
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-158 929 758,00	-338 989 927,00
Outros recebimentos/pagamentos		6 904 422,00	
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		132 757 489,00	498 979 152,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento		-33 076 691,00	159 989 225,00
Pagamentos respeitantes a			
Activos fixos tangiveis		19 922 343,00	9 157 359,00
Activos intangiveis		1 050 103,00	168 922 992,00
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangiveis			
Activos intangiveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsidios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-20 972 446,00	-178 080 351,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		32 965 689,00	135 555 406,00
Realzacoes de capital e de outros instrumentos de capital proprio			50 000 000,00
Cobertura de prejuizos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		10 986 409,00	723 819,00
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital proprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		21 979 280,00	184 831 587,00
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-32 069 857,00	166 740 461,00
Efeito das direrenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo		166 740 461,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo		134 670 604,00	166 740 461,00

(1)-O escudo admilindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de escudos

O Contabilista Certificado

Elisabete Silva



O Conselho de Administração

[Handwritten signature]



V. ANEXOS E NOTAS EXPLICATIVAS

**Núcleo Operacional da Entidade da Informação, Entidade Empresarial-NOSi, E.P.E.
NIF Nº 270149503**

ANEXO

PERIODO COMPREENDIDO ENTRE 01/01/2017 E 31/12/2017

NOTA INTRODUTÓRIA

O Núcleo Operacional da Sociedade da Informação (NOSi, E.P.E.) é uma Entidade Pública Empresarial dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com capacidade jurídica que abrange todos os direitos e obrigações necessários ou convenientes para promover a inovação e governação eletrónica em todo o território nacional.

De acordo com o Decreto-lei nº13/2014 de 25 de fevereiro o NOSi, EPE, é uma Entidade Pública e Empresarial que se rege pela Lei nº 47/VII/2009, de 7 de dezembro, que estabelece o regime do Setor Empresarial do Estado, pelo Código das Empresas Comerciais, e pela lei nº39/IV/2004, de 2 de fevereiro, que estabelece medidas de modernização administrativa.

O acionista único do NOSi, E.P.E. é o Estado de Cabo Verde, o qual é detentor de 100% do Capital Social, no montante de 50.000.000,00.

Constituem receitas do Núcleo Operacional da Entidade da Informação, Entidade Pública Empresarial:

- (i) O produto da prestação de serviços;
- (ii) As compartições, subsídios ou donativos concedidos, por quaisquer entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;
- (iii) Os valores cobrados pela frequência de cursos, seminários ou outras ações de formações realizados pelo NOSi, EPE;
- (iv) Os valores recebidos pela gestão /ou acompanhamento de projetos de investimentos nos diversos atividade do NOSi e;
- (v) Quaisquer outras receitas que lhe sejam legalmente atribuídas.

De acordo com a estrutura orgânica em vigor, em termos de organização interna, o NOSi, EPE é composto pelos seguintes órgãos sociais:



Mesa da Assembleia-Geral

Presidente: Dr.ª Indira Tatiana dos Santos

Secretário: Dr. Carlos Pina

Conselho de Administração

Presidente: Eng. António Fernandes

Administrador Executivo: Dr. Carlos Santos

Administrador-Executivo: Eng. Aruna Handem

Fiscal Único

AUDITEC-Sociedade de Auditores Certificados, Lda.

Representada pelo Dr. João Marcos Alves Mendes, Auditor Certificado

NOTA Nº 0-REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com o SNCRF-Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro, o qual foi aprovado pelo Decreto-Lei nº 5/2008 de 04 de Fevereiro, seguido da Portaria nº 49/2008 de 29 de Dezembro, que aprova o Código de Contas do SNCRF, bem como do Despacho Normativo nº 1/2008 de 29 de Dezembro, que aprova a Estrutura Conceptual do SNCRF, dos Despachos Normativos nº 2/2008 a 26/2008, de 29 de Dezembro, que aprovam as 25 Normas de Relato Financeiro e do Despacho Normativo nº 27/2008 de 29 de Dezembro, que aprova o Regime Especial para Pequenas Entidades do SNCRF.

NOTA Nº 1-RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS

1.1 Pressupostos básicos

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Entidade e do regime do acréscimo.

1.2. Comparabilidade

A informação apresentada é comparativa em relação ao período anterior para todas as quantias relevantes relatadas nas demonstrações financeiras.

1.3. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico. As exceções na mensuração de ativos e passivos específicos são referidas nas notas respetivas.

1.4. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, o qual inclui o valor da fatura do fornecedor, acrescido dos gastos adicionais da compra, e eventuais gastos de instalação e outros, até a entrada em funcionamento, líquido das respetivas depreciações acumuladas e imparidades acumuladas.

As depreciações do ativo fixo tangível contabilizadas como gastos, no exercício, são calculadas pelo método das quotas constantes, com aplicação das taxas da tabela a que se refere a portaria nº42/2015.

As taxas aplicadas ajustam-se à vida útil estimada dos bens, sendo:

Edifícios e outras construções	3% - 5%
Equipamento básico	5% - 25%
Material de carga e transporte	12,5%
Equipamento administrativo	12,5% - 33,33%
Outros ativos fixos tangíveis	16% - 20%

1.5. Ativos intangíveis

O ativo intangível inclui licenças de softwares, as quais são amortizadas pelo método das quotas constantes, com aplicação das taxas da tabela a que se refere a portaria nº42/2015, sendo aplicada em concreto a taxa de 33,33%.

1.6. Contas a receber e imparidades

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal, diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas “Perdas de imparidade acumuladas”, de forma que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

1.7. Contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

1.8. Financiamento obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo, pelo valor nominal, líquido das comissões com a emissão desses empréstimos. São classificados como passivo corrente, exceto nas partes que a Entidade tem direito de diferir pelo menos 12 meses após a data do balanço, as quais se classificam como não corrente. Os juros dos financiamentos obtidos são capitalizados como parte do custo dos ativos diretamente relacionados, cujo tempo de construção ou produção ultrapassa os 9 meses, caso contrário são reconhecidos como gastos do período, de acordo com o regime do acréscimo.

1.9. Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos em bancos e eventuais descobertos bancários que, a existirem, são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica financiamentos obtidos em instituições de crédito e entidades financeiras-descobertos bancários.

1.10. Periodizações

Os gastos e os rendimentos são reconhecidos quando gerados, e não quando são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rúbricas “outras contas a pagar”, “outras contas a receber e “diferimentos”.

1.11. Conversão cambial

As transações em moeda estrangeira, quando existem, são convertidas e contabilizadas em Escudos ao câmbio histórico da data em que ocorrem, sendo os saldos devedores e credores expressos em moeda estrangeira, no final do exercício, atualizados para Escudos resultantes da aplicação da taxa de câmbio oficial vigente nessa data. As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço são registadas como ganhos ou perdas na demonstração dos resultados do exercício.

1.12. Gestão de riscos financeiros

Existe uma exposição mediana da Entidade a riscos financeiros em virtude de parte das transações ser em moeda estrangeira e a Entidade ter contraído um financiamento bancário a juro ajustável. Nomeadamente:

(i) Risco cambial

O risco cambial é mediano na medida em que existe uma paridade fixa ou uma relação cambial estável com as principais moedas em que decorrem as transações com o estrangeiro, o Euro e o Dólar americano e a maioria das vendas de serviços e financiamentos obtidos serem em Escudos cabo-verdianos.

(ii) Risco da taxa de juro

Os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, encontrando-se por isso a Entidade sujeita ao risco da variação da taxa de juro, embora a mesma possa ser considerada mediana. Não existem “swaps” de taxas de juro.

(iii) Risco de crédito

Não existe uma concentração dos riscos de crédito porque os Clientes são maioritariamente entidades públicas nacionais e minoritariamente entidades estrangeiras.

(iv) Risco de liquidez

A Entidade não tem defrontado problemas de liquidez, tendo recorrido a financiamento bancário para fazer face a compromissos históricos, com um fornecedor de referência.

1.13. Benefícios aos empregados

Em conformidade com o Decreto - Legislativo nº 5/2007, de 16 de outubro de 2007, que aprova o Código Laboral Cabo-verdiano, em vigor a partir de abril de 2008, os trabalhadores têm direito a 22 dias úteis de férias remuneradas, anualmente, que se vencem no dia 01 de janeiro de cada ano, representando um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento.

A Entidade reconhece, em cada exercício, as responsabilidades que concernem aos gastos com as férias vencidas e não gozadas, até o final do mesmo exercício. Estas responsabilidades encontram-se apresentadas no balanço na rubrica “Outras contas a pagar”.

Os trabalhadores da Entidade encontram-se integralmente abrangidos pelo sistema oficial de previdência social, gerido pelo Instituto Nacional de Previdência Social, não assumindo a Entidade qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

1.14. Imposto único sobre os rendimentos e impostos diferidos

De acordo com o código do IRPC (Decreto-Lei nº 82 de 8 de janeiro de 2015) a matéria coletável é determinada com base no resultado do exercício antes de impostos,



eventualmente ajustado pela parte dos gastos e rendimentos que nos termos do referido Decreto-Lei não devam ser considerados para efeitos fiscais.

A matéria coletável serve de base para o cálculo do imposto estimado no exercício que é acrescido do valor da tributação autónoma, a qual é regulada pelo artigo nº 89 do citado código do IRPC.

A taxa do IRPC em vigor é de 25% havendo um imposto de incêndio adicional de 2% sobre a coleta deste imposto. A taxa de tributação autónoma é de 10%, acrescido de mais dez pontos percentuais, caso a matéria coletável seja negativa.

As declarações fiscais podem ser revistas pelo Serviço de Inspeção Tributária, num prazo até cinco anos, pelo que os resultados fiscais da Empresa, dos últimos cinco exercícios, podem ser corrigidos para efeitos fiscais.

O prazo para o reporte dos prejuízos é de sete anos, mas, em cada ano, somente 50% dos lucros poderão cobrir prejuízos do período de reporte permitido.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base tributável.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada de forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como a Entidade espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Os impostos diferidos são classificados como não corrente.

1.15. Capital próprio

A rubrica capital próprio inclui o capital estatutário, outras variações no capital próprio, as reservas constituídas e os resultados do período, líquidos da estimativa dos impostos.

1.16. Rédito

O rédito das prestações de serviço refere-se ao valor das prestações de serviço líquido de descontos, devoluções e impostos. As prestações de serviço são reconhecidas com referência à fase de acabamento dos serviços prestados.

1.17. Estimativas e Julgamentos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros fatores, designadamente em eventos futuros em que se acredita ser expectável virem a ocorrer, de acordo com as circunstâncias atuais.

NOTA Nº 2—FLUXOS DE CAIXA

O saldo de caixa e equivalentes de caixa, que incluem caixa e depósitos bancários, encontram-se totalmente disponíveis para uso. Na divulgação dos fluxos de caixa foi utilizado o método direto, o qual nos dá a informação acerca das componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos através dos registos contabilísticos da entidade.

NOTA Nº 3—ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O detalhe dos valores escriturados nas rubricas do ativo fixo tangível é o seguinte:

	Terrenos e recursos Naturais	Edifício e Outras construções	Equipam. Básico	Equipam. Transporte	Equipam. Administrativo	Out. At.F tangível	Total
Variações em 2017							
Valor líquido em 01.01.2017		345 205 303,00	674 929 385,00	8 577 885,00	25 927 061,00	98 687,00	1 054 738 321,00
Registro de Terreno (i)	22 036 676,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22 036 676,00
Aquisições do exercício (ii)	0,00	0,00	0,00	2 878 261,00	15 479 539,00	1 764 526,00	20 122 326,00
Registro de equipam. do exercício (iii)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	22 036 676,00	345 205 303,00	674 929 385,00	11 456 146,00	41 406 600,00	1 863 213,00	1 096 897 323,00
Desreconhecimento do Ativo		-345 205 303,00	-668 662 484,00	-4 926 250,00	-17 610 232,00		
Depreciação do exercício		0,00	-1 566 725,00	-1 239 987,00	-8 399 120,00	-49 103,00	
Valor Líquido em 31/12/2017	22 036 676,00	0,00	6 266 901,00	6 529 896,00	23 796 368,00	1 863 213,00	60 493 054,00
Posição a 31 de Dezembro de 2017							
Valor de aquisição		0,00					0,00
Depreciação acumulada		0,00	-3 133 451,00	-2 120 191,00	-12 557 812,00	-68 840,00	-17 880 294,00
Valor líquido em 31/12/2017	22 036 676,00	0,00	3 133 450,00	4 409 705,00	11 238 556,00	1 794 373,00	42 612 760,00

Os ativos fixos tangíveis do NOSi, E. P.E são apresentados nas respectivas rubricas com contrapartida na rubrica de Capital Próprio e Outras variações do capital próprio, sendo depreciados na mesma base e às mesmas taxas que os restantes bens de natureza idêntica adquiridos pelo NOSi, E.P.E. Conforme a deliberação nº 9 do Conselho de Administração, publicada no dia 2 de março de 2018, ao qual se transcreve abaixo:

Rendas de ativos do Estado

Na sequência do encontro com o Ministro das Finanças no dia 6 de fevereiro de 2018, deliberou-se que os ativos do Estado afetos ao NOSi serão objeto de um arrendamento operacional, no valor de 3,67% ao ano, abrangendo os ativos de eGov1 no exercício de 2017 e os ativos de eGov1 e eGov2 nos exercícios de 2018 e seguintes.

NOTA Nº 4--ATMOS INTANGÍVEIS

Decompõem-se como segue:

Item	Programa de Computadores			Total
	Primavera	Oracle	Software/ Hardware	
Valor líquido em 01/01/2017	431.897	168.491.095		168.922.992
Aquisições do exercício (i)	54.367		9.995.666	10.050.033
Depreciação do exercício	-153.012	-56.158.082	-1.000.123	-57.311.217
Valor líquido em 01/12/2017	333.252	112.333.013	8.995.543	121.661.808
Posição 31/12/2017				
Valor de aquisição	486.264	168.491.095	9.995.666	178.973.025
Depreciação acumulada	-153.012	-112.316.164	-1.248.512	
Valor líquido em 01/12/2017	639.276	56.174.931	11.244.178	65.255.337

A rubrica Ativos Intangíveis, no montante total de 65.255.337 CVE, inclui essencialmente, programas do Oracle, Software/Hardware e o programa de Contabilidade Primavera, amortizados de acordo com a tabela em vigor.

NOTA Nº 5—INVENTÁRIOS

À data do balanço o saldo devedor de 8.696 CVE corresponde ao inventário em stock.

NOTA Nº 6—CLIENTES

O detalhe do valor escriturado na rubrica Clientes é o seguinte:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Clientes c/c em moeda nacional	287.487.695,00	159.096.584,00
Clientes c/c em moeda estrangeiro	98.882.270,00	102.469.282,00
	<u>386.369.965,00</u>	<u>261.565.866,00</u>

Em 2017 a dívida dos clientes teve um acréscimo de 48% correspondendo ao valor de 124.804.099 CVE devido aos serviços prestados aos clientes do Estado sem o respetivo pagamento da prestação desses serviços.

NOTA Nº 7—ADIANTAMENTO À FORNECEDORES

À data do balanço o saldo devedor de 77.329 CVE corresponde ao adiantamento feito aos fornecedores a ser regularizado nos meses seguintes.

NOTA Nº 8—ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe do valor escriturado na rubrica de Estado e Outros Entes Públicos do ativo é o seguinte:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
IVA a recuperar (a)	11.229.983,00	7.285.005,00
IVA regularização a favor da empresa(b)	57.633,00	11.502.138,00
IRPS do exercício 2016(c)	305.419,00	305.419,00
	<u>11.593.036,00</u>	<u>19.092.562,00</u>

NOTA Nº 9—DIFERIMENTOS

O valor registado na rubrica diferimentos refere-se a gastos com Licenças de software, relativos ao exercício de 2018, pagos no corrente exercício, o qual vem sendo assumidos pelo Estado, em favor do NOSi. Ao serem reconhecidos os gastos no exercício de 2018 os diferimentos ativos serão regularizados por contrapartida da rubrica de gastos respetivos e os diferimentos passivos regularizados por contrapartida da rubrica de rendimentos Subsídios à Exploração.

NOTA Nº 10—OUTRAS CONTAS A RECEBER

Decompõem-se como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
(i) Devedores diversos nacional	136.286.494,00	63.810.164,00
(ii) Devedores diversos internacional	46.320.408,00	0
(iii) Credores diversos nacional	264.651,00	264.220,00
(iv) Outros ativos não correntes	3 652 586,00	3 652 586,00
	<u>186.524.139,00</u>	<u>67.726.970,00</u>

- (i) O saldo da rubrica Devedores Diversos Nacional refere-se ao montante por receber do Ministério das finanças no valor de 107.087.295 CVE, da Direção de Estrangeiros e Fronteiras no valor de 28.681.000 CVE e os restantes outros pequenos valores.
- (ii) O saldo da rubrica Devedores Diversos Internacional refere-se ao montante por receber de HUAWEI no valor de 46.320.408 CVE, no âmbito da implementação do Projeto Egov2.

- (iii) O saldo da rubrica Credores Diversos Nacionais corresponde a descontos a menos feitos aos prestadores de serviços.
- (iv) O saldo da rubrica Outros ativos não correntes no valor de 3.652.586,00 corresponde a descontos a menos feitos ao pessoal durante o exercício de 2016.

NOTA Nº 11—CAIXAS E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

O detalhe do valor escriturado nesta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fundo de Caixa	14.760,00	0,00
Banco comercial do Atlântico	10.357.346,00	5.385.365,00
Caixa Económica de Cabo Verde	40.300.182,00	0,00
Banco do Tesouro	45.003.845,00	135.688.756,00
Banco de Cabo Verde	38.994.471,00	25.666.340,00
	<u>134.670.604,00</u>	<u>166.740.461,00</u>

NOTA Nº 12—CAPITAL PRÓPRIO

Os movimentos registados em 2017 nesta rubrica encontram-se evidenciados na Demonstração de Alterações no Capital Próprio, sendo que as outras variações no capital próprio correspondem ao desreconhecimento dos ativos do Estado.

NOTA Nº 13 E 16—FINANCIAMENTOS OBTIDOS

À data do balanço, a conta Financiamentos Obtidos apresenta saldo credor no valor de 168.491.095 CVE. Esse montante é relativo ao empréstimo contraído junto da Caixa Económica, tendo como garantia uma carta conforto do Estado, datada de 16/11/2016, em que dá o aval no âmbito da operação de pagamento da dívida das Licenças das Soluções ORACLE. A taxa de juro é de 7%. De acordo com o contrato de financiamento, o capital mutuado será amortizado integralmente no dia 25/11/2022, sendo os juros pagos com periodicidade mensal.

NOTA Nº 14-FORNECEDORES

O saldo da rubrica de Fornecedores refere-se as seguintes dívidas:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores c/c em moeda nacional	240.096.846,00	134.515.170,00
Fornecedores c/c em moeda estrangeiro	<u>49.944.993,00</u>	<u>58.524.297,00</u>
	<u>290.041.839,00</u>	<u>193.039.467,00</u>

Em 2017 a dívida a pagar aos fornecedores teve um acréscimo de 50% correspondendo ao valor de 97.002.372 CVE, sendo os fornecedores com maior peso, a Electra, a ANAC e a ASA. Foi negociado o pagamento da dívida para com a Electra para o pagamento a partir do mês de setembro de 2017.

NOTA Nº 15-ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

À data do balanço a conta Estado e Outros Entes Públicos tinha um saldo credor de 14.784.308 CVE, resultante das dívidas à DNRE (retenções de imposto sobre rendimentos de trabalho dependente, independente e sobre empresas não residentes) – correspondente aos descontos efetuados no mês de dezembro a serem regularizados nos meses seguintes, bem como os descontos de Segurança Social do INPS a serem regularizados no mês seguinte. O saldo credor desta rubrica encontra – se detalhado abaixo:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Retenção de IRPS-Pessoal dependente (a)	2.034.666,00	1.509.108,00
Retenção de IRPS-Pessoal dependente do exercício anterior(b)	1.509.108,00	0,00
Retenção de IRPS-Pessoal independente(c)	263.470,00	33.392.800,00
Retenção de IRPS-Predial(d)	60.000,00	60.000,00
Segurança Social INPS(e)	4.078.256,00	4.989.291,00
Segurança Social INPS do exercício anterior(f)	4.989.291,00	0,00

Imposto s/ rendimento do ano IRPC(g)	1.803.199,00	5.503.829,00
Derrama (h)	36.064,00	9.866,00
Tributação Autónoma(i)	9.535,00	1.390.727,00
Saldo final	14.784.308,00	46.855.621,00

a) Imposto sobre rendimentos (IRPS) – Pessoal Dependente

À data do balanço, o saldo credor da conta (IRPS)- Pessoal Dependente, representa dívidas para com DNRE no valor de 2.034.66,00, a serem regularizadas nos meses seguintes.

b) Imposto sobre rendimentos (IRPS) – pessoal Dependente do exercício

À data do balanço, o saldo credor da conta (IRPS)- Pessoal Dependente, representa dívidas para com DNER no valor de 1.509.108,00, a serem regularizadas nos meses seguintes.

c) Imposto sobre rendimentos (IRPS) – Pessoal independente do exercício

À data de balanço o saldo credor de 263.470,00 da conta (IRPS) – pessoal independente correspondem as retenções efetuadas no processamento dos honorários do pessoal independente, a serem regularizados nos meses seguintes.

d) Imposto sobre rendimentos das Pessoas Singulares (IRPS) – Rendimentos Prediais

À data de balanço o saldo credor de 60.000,00 da conta (IRPS) – rendimentos prediais correspondem às retenções do exercício anterior efetuadas a menos e pagas a menos à DNRE, a serem regularizados nos meses seguintes.

e) Contribuições para Segurança Social

À data de balanço o saldo credor de 4.078.256 CVE corresponde ao saldo de Contribuições para Segurança Social a ser pago nos meses seguintes.

f) Contribuições para Segurança Social do exercício anterior

À data de balanço o saldo credor do exercício anterior de 4.078.256 CVE corresponde ao saldo de Contribuições para Segurança Social a ser pago nos meses seguintes.

g) Imposto Corrente (IRPC) – rendimentos do exercício

À data de balanço o saldo credor de 1.803.199 CVE corresponde ao imposto corrente apurado no exercício de 2017 a ser entregue ao Fisco.

h) Derrama (IRPC)

À data de balanço o saldo credor de 36.064 CVE corresponde à derrama apurada no exercício de 2017, a ser pago ao Fisco.

i) Tributação Autónoma (IRPC)

À data de balanço o saldo credor de 9.535 CVE corresponde à tributação autónoma apurada no exercício de 2017, a ser pago ao Fisco.

NOTA Nº 17—OUTRAS CONTAS A PAGAR

O saldo decompõe-se como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Credores diversos	39.911.779,00	549.801,00
	<u>39.911.779,00</u>	<u>549.801,00</u>

À data do balanço o saldo credor no valor de 19.108.680 CVE, registado na rubrica Acréscimo de Férias, reflete a previsão dos gastos com o pessoal relativos a férias e subsídios de férias, bem como outros pequenos valores a pagar.

NOTA Nº 18—DIFERIMENTOS

O valor registado na rubrica diferimentos refere-se a rendimentos relativos ao exercício de 2017, que serão regularizados no exercício seguinte. Os diferimentos passivos serão regularizados por contrapartida da rubrica de rendimentos Subsídios à Exploração.

NOTA Nº 19—VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As Vendas e Prestações de Serviços do NOSi, EPE, durante o exercício de 2017, foram de 526.541.251 CVE, assim distribuídos:

Vendas e Presta Serviços	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Vendas de Mercadorias	2.497.450,00	0,00
Total das Vendas	2.497.450,00	0,00
Housing	12.591.102,00	0,00
Desenvolvimento de Aplicação	45.033.986,00	171.324.751,00
IAAS	32.538.939,00	19.892.353,00
Bundled	99.374.152,00	74.824.546,00
Consultoria	1.181.413,00	138.814.524,00
PaaS	3.452.919,00	889.482,00
Manutenção de Aplicação (Saas)	28.370.545,00	29.744.349,00
Manutenção de Licenças	2.112.536,00	0,00
Serviços MF	260.965.224,00	0,00
Outros	38.422.985,00	8.894.013,00
Total prestação de Serviços	524.043.801,00	444.384.018,00
TOTAL Vendas e Prestação de Serviços	526.541.251,00	444.384.018,00

NOTA Nº 20—SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os Subsídios à Exploração, concedidos pelo Estado e Outras Entidades ao NOSi em 2017, tem como finalidade o pagamento de parte de Despesas com Pessoal, Licenças Microsoft e Aluguer de Circuitos e Internet à CV Telecom e CV Multimédia, Manutenção de Rede RTPE para emissão de Passaporte e Implementação do Projeto Egov2.

NOTA Nº 21—GASTOS COM MERCADORIAS CONSUMIDAS E VENDIDAS

A rubrica de Gastos com Mercadorias Consumidas e Vendidas corresponde ao valor de 2.497.450 CVE.

NOTA Nº 22—FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe do valor escriturado na rubrica Fornecimentos e Serviços Externos é o seguinte:

Fornecimentos e Serviços Externos	2017	2016
6211 Água	2.053.205,00	1 854 747,00
6212 Eletricidade	29.950.040,00	25 644 760,00
6213 Combustíveis e outros fluidos	1.266.753,00	915 271,00
6214 Conservação e reparação	15.010.495,00	5 166 718,00
6215 Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	350.797,00	1 287 263,00
6216 Material de escritório	321.148,00	302 100,00
6217 Publicidade e propaganda	1.150.879,00	967 732,00
6218 Livros, Jornal e documentação	20.000,00	50 279,00
6219 Limpeza, higiene e conforto	2.059.308,00	2 287 225,00
6220 Transporte de cargas	492.546,00	54 700,00
6221 Rendas e alugueres	123 841 055,00	14 099 640,00
6222 Despesas de representação	190.705,00	926 758,00
6223 Despachos Armazenagem	4.480.404,00	204 022,00
6224 Comunicação	88.151.291,00	80 462 098,00
6225 Seguros	324.292,00	434 788,00
6226 Filmagem (Cobertura e Edição)	1 903 494,00	236 368,00
6227 Vigilância e segurança	3.258.000,00	3 184 000,00
6228 Royalties	64 807 036,00	48 345 136,00
6229 Estudos e Pareceres	0,00	2 706 423,00
6232 Serviço Especializado	27.069.555,00	5 067 966,00
6233 Deslocações e estadas	20.968.971,00	28 320 902,00
6235 Honorários	35.437.012,00	102 973 427,00
6236 Contencioso e Notariado	16.850,00	1 350,00
6238 Transporte de Pessoal	377.954,00	265 620,00
6240 Despesas com serviços bancário	1.545.085,00	2 238 471,00
6296 Equipamentos de baixo valor	39.854,00	207 835,00
6298 Outros fornecimentos e serviço	1.583.798,00	1 959 189,00
Total	426 670 527,00	330 164 788,00

NOTA Nº 23—GASTOS COM O PESSOAL

Decompõem-se como segue:

Gastos com pessoal	2017	2016
Remuneração de órgãos Sociais	10.080.000,00	5.607.500,00
Remuneração de Pessoal	175.522.378,00	149.242.762,00
Encargos Sobre remunerações	29.159.507,00	26.609.722,00
Indeminizações	1.500.000,00	0,00
Horas Extraordinárias	95.292,00	0,00
Subsidio Turno	560.000,00	587.500,00
Gratificação	0,00	18.921.335,00
Subsidio Estágio	2.245.000,00	706.000,00
Subsidio Alimentação	0,00	12.500,00
Fardamento	635.478,00	0,00
Complemento de Salário	220.000,00	0,00
Reconhecimento Público	1.191.900,00	115.000,00
Retroativos	1.705.000,00	0,00
Formação	34.144.698,00	1.321.365,00
Acréscimos com férias (Órgãos Sociais)	340.000,00	0,00
Encargos com acréscimos de férias (Órgãos Sociais)	134.400,00	0,00
Acréscimos com férias (Pessoal)	15.633.000,00	0,00
Encargos com acréscimos de férias (Pessoal)	2.501.280,00	0,00
TOTAL	276.173.233,00	205.118.185,00

A rubrica de Gastos com pessoal inclui, essencialmente, as remunerações dos órgãos sociais, as remunerações do pessoal, incluindo os subsídios, os encargos sobre remunerações, que se referem à contribuição patronal para a previdência social, indemnizações e diversos, mormente reconhecimento público e gastos com formação do pessoal.

NOTA Nº 24—OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Decompõem-se como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Alienação de ativo	0,00	2.010.800,00
outros rendimentos	10.807.998,00	3.656.573,00
Total	<u>10.807.998,00</u>	<u>5.667.373,00</u>

NOTA Nº 25—OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica de outros gastos e perdas inclui, essencialmente, imposto selo, taxas, donativos, quotizações e outros gastos dos exercícios anteriores, conforme detalhado abaixo:

Outros gastos e Perdas	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Impostos de Selo	1.473.587,00	98.911,00
Taxas	204.618,00	196.500,00
Outros Impostos	6.000,00	
Quotizações	51.900,00	9.000,00
Donativos	328.065,00	
Gastos do exercício anterior	6.424.476,00	104.422.866,00
Total	<u>8.488.646,00</u>	<u>104.727.277,00</u>

NOTA Nº 26—GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Esta rubrica refere-se aos gastos com depreciação e amortização, conforme detalhado abaixo:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Gastos com depreciação e amortização	68.814.542,00	178.356.494,00
	<u>68.814.542,00</u>	<u>178.356.494,00</u>

NOTA Nº 27--JUROS E PERDAS SIMILARES

Refere-se aos juros e encargos suportados no âmbito do empréstimo obtido junto à Caixa Económica de Cabo Verde, conforme detalhado abaixo:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Juros e Encargos Suportados	<u>10.986.409,00</u>	<u>723.819,00</u>
	<u>10.986.409,00</u>	<u>723.819,00</u>

NOTA Nº 28--RESULTADO LÍQUIDO

O valor desta rubrica foi calculado como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Rendimentos	<u>802.324.179,00</u>	<u>768.012.421,00</u>
Gastos	<u>-793.630.807,00</u>	<u>-817.090.563,00</u>
Resultado antes de impostos	<u>8.693.372,00</u>	<u>-49.078.142,00</u>
IRPC a pagar	<u>1.803.199,00</u>	<u>5.503.829,00</u>
Derrama	<u>36.064,00</u>	<u>9.866,00</u>
Tributação Autónoma	<u>9.535,00</u>	<u>1.390.727,00</u>
Imposto a pagar	<u>1.848.798</u>	<u>6.904.422,00</u>
Resultado Líquido	<u>6.844.569,00</u>	<u>-55.982.564,00</u>

NOTA Nº 29 - PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS CONTRATUAIS NÃO RECONHECIDOS NEM DIVULGADOS **OUTRAS NOTAS**

Não são conhecidos quaisquer passivos contingentes.

NOTA Nº 30-DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Não foram identificadas nenhuma.

NOTA Nº 31 - OUTRAS INFORMAÇÕES CUJAS DIVULGAÇÕES SEJA CONSIDERADA RELEVANTE PARA MELHOR COMPREENSÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS

Não fora, identificadas nenhuma.

NOTA Nº 32—EVENTOS SUBSEQUENTES

Não são conhecidos factos que tenham ocorrido após 31 de dezembro de 2017 que possam influenciar de forma significativa nas contas apresentadas ou que justifique a sua menção.

Praia, 16 de março de 2017

O Contabilista Certificado

Elisabete Silva

O Conselho de Administração

